

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	8
DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024	9
Demonstração de Valor Adicionado	10
Comentário do Desempenho	11
Notas Explicativas	14
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	30
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	31

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	32
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	33
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	34
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	35

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	402.202
Preferenciais	384.204
Total	786.406
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	1.266.709	1.254.703
1.01	Ativo Circulante	325.627	306.092
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	286.462	261.818
1.01.03	Contas a Receber	14.529	14.530
1.01.03.01	Clientes	1.114	816
1.01.03.01.01	Concessionárias	1.114	816
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	13.415	13.714
1.01.03.02.01	Rendas a receber	13.415	13.714
1.01.04	Estoques	8.365	8.397
1.01.06	Tributos a Recuperar	14.591	20.372
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	14.591	20.372
1.01.06.01.01	Imposto de renda e Contribuição social a compensar	4.798	8.229
1.01.06.01.02	Outros tributos compensáveis	9.793	12.143
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.680	975
1.01.08.03	Outros	1.680	975
1.01.08.03.01	Prêmio de risco - GSF	48	48
1.01.08.03.02	Outros créditos	1.632	927
1.02	Ativo Não Circulante	941.082	948.611
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.424	5.318
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	5.424	5.318
1.02.01.10.03	Cauções e depósitos vinculados	4.862	4.732
1.02.01.10.04	Prêmio de risco - GSF	144	156
1.02.01.10.05	Outros créditos	418	430
1.02.03	Imobilizado	882.522	892.898
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	852.753	863.267
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	223	102
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	29.546	29.529
1.02.04	Intangível	53.136	50.395
1.02.04.01	Intangíveis	53.136	50.395
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	50.139	47.288
1.02.04.01.02	Intangível em Serviço	2.430	2.621
1.02.04.01.03	Intangível em Curso	567	486

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	1.266.709	1.254.703
2.01	Passivo Circulante	98.270	82.475
2.01.02	Fornecedores	1.974	3.367
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.974	3.367
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.990	9.975
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	5.977	9.835
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	4.369	0
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	1.608	9.835
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	4	89
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	9	51
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	14.597	10.086
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	14.597	10.086
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	14.597	10.086
2.01.05	Outras Obrigações	59.757	49.262
2.01.05.02	Outros	59.757	49.262
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	48.395	37.581
2.01.05.02.04	Uso do Bem Público	7.618	8.274
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar	3.744	3.407
2.01.06	Provisões	15.952	9.785
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	80	80
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	80	80
2.01.06.02	Outras Provisões	15.872	9.705
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	15.872	9.705
2.02	Passivo Não Circulante	213.297	216.737
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	98.721	97.847
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	98.721	97.847
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	98.721	97.847
2.02.02	Outras Obrigações	61.789	63.030
2.02.02.02	Outros	61.789	63.030
2.02.02.02.05	Uso do bem público	60.458	60.633
2.02.02.02.06	Outras contas a pagar	1.331	2.397
2.02.03	Tributos Diferidos	21.274	22.012
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	21.274	22.012
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	21.238	21.982
2.02.03.01.02	PIS e COFINS diferidos	36	30
2.02.04	Provisões	31.513	33.848
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	13.489	13.544
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	1.515	1.459
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	11.974	12.085
2.02.04.02	Outras Provisões	18.024	20.304
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	17.675	19.925
2.02.04.02.04	Outras provisões	349	379
2.03	Patrimônio Líquido	955.142	955.491
2.03.01	Capital Social Realizado	804.459	804.459
2.03.02	Reservas de Capital	14.473	14.473

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	14.473	14.473
2.03.04	Reservas de Lucros	125.087	135.936
2.03.04.01	Reserva Legal	68.609	68.609
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	43.560	40.230
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	14.179
2.03.04.10	Reserva de Investimento	12.918	12.918
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	10.500	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	623	623

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2025 à 31/03/2025	01/01/2024 à 31/03/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	39.304	40.050
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-18.673	-16.696
3.02.01	Custo com energia elétrica	-318	-292
3.02.02	Custo de operação	-18.355	-16.404
3.03	Resultado Bruto	20.631	23.354
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.794	-2.750
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.805	-2.228
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-2.805	-2.228
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	11	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-522
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	17.837	20.604
3.06	Resultado Financeiro	-307	-5.969
3.06.01	Receitas Financeiras	7.506	6.594
3.06.02	Despesas Financeiras	-7.813	-12.563
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	17.530	14.635
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-7.030	-8.117
3.08.01	Corrente	-7.774	-9.042
3.08.02	Diferido	744	925
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	10.500	6.518
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	10.500	6.518
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,0066	-0,0033
3.99.01.02	PNR	0,01223	0,01223
3.99.01.03	PNA	0,03669	0,03669
3.99.01.04	PNB	0,03669	0,03666
3.99.01.05	PNC	0,03669	0,03669
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,0066	-0,0033
3.99.02.02	PNR	0,01223	0,01223
3.99.02.03	PNA	0,03669	0,03669
3.99.02.04	PNB	0,03669	0,03666
3.99.02.05	PNC	0,03669	0,03669

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	10.500	6.518
4.03	Resultado Abrangente do Período	10.500	6.518

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 31/03/2025	Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	24.836	23.103
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	38.646	38.789
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	17.530	14.635
6.01.01.05	Depreciações e amortizações	13.567	10.650
6.01.01.08	Encargos de dívidas, variações monetárias e AVP sobre empréstimos e financiamentos	5.385	11.798
6.01.01.09	Uso do bem público - atualização monetária e AVP	1.271	13
6.01.01.11	Provisão e atualização monetária para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	469	1.523
6.01.01.18	Outros	612	336
6.01.01.19	Amortização do prêmio de risco - GSF	-188	-166
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-13.810	-15.686
6.01.02.01	Concessionárias	-298	-174
6.01.02.02	Impostos e contribuições sociais compensáveis	-2.393	-9.908
6.01.02.04	Rendas a receber	299	2.105
6.01.02.05	Estoques	32	-70
6.01.02.06	Cauções e depósitos vinculados	-6	224
6.01.02.07	Outros ativos operacionais	-693	-829
6.01.02.08	Fornecedores	-1.393	29
6.01.02.10	Benefícios pós-emprego	0	13
6.01.02.13	Provisões	-3.044	-2.146
6.01.02.14	Uso do bem público	-2.102	-2.042
6.01.02.15	Outros passivos operacionais	-807	677
6.01.02.16	Imposto de renda e contribuição social pagos	-3.405	-3.565
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-109	-377
6.02.01	Adições ao imobilizado e intangível	-109	-377
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-83	-59
6.03.03	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-35	0
6.03.06	Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos	-48	-59
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	24.644	22.667
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	261.818	258.002
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	286.462	280.669

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	804.459	14.473	135.936	0	623	955.491
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	804.459	14.473	135.936	0	623	955.491
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-14.179	0	0	-14.179
5.04.08	Dividendo adicional aprovado - AGO de 29/04/2025	0	0	-14.179	0	0	-14.179
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	10.500	0	10.500
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	10.500	0	10.500
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	3.330	0	0	3.330
5.06.04	Reserva de retenção de lucros	0	0	3.330	0	0	3.330
5.07	Saldos Finais	804.459	14.473	125.087	10.500	623	955.142

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	804.459	14.473	150.826	0	683	970.441
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	804.459	14.473	150.826	0	683	970.441
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-31.968	0	0	-31.968
5.04.08	Dividendo adicional aprovado - AGO de 29/04/2024	0	0	-41.783	0	0	-41.783
5.04.09	Reserva de retenção de lucros	0	0	9.815	0	0	9.815
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	6.518	0	6.518
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.518	0	6.518
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	804.459	14.473	118.858	6.518	683	944.991

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 31/03/2025	Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
7.01	Receitas	43.559	46.129
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	43.450	44.292
7.01.02	Outras Receitas	0	124
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	109	1.713
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.601	-5.472
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-71	-59
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.765	-3.591
7.02.04	Outros	-765	-1.822
7.02.04.01	Encargos de uso da rede elétrica	-280	-263
7.02.04.02	Outros custos operacionais	-485	-1.559
7.03	Valor Adicionado Bruto	40.958	40.657
7.04	Retenções	-13.634	-10.650
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-13.634	-10.650
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	27.324	30.007
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	7.886	6.951
7.06.02	Receitas Financeiras	7.886	6.951
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	35.210	36.958
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	35.210	36.958
7.08.01	Pessoal	4.773	4.663
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.590	3.509
7.08.01.02	Benefícios	848	789
7.08.01.03	F.G.T.S.	335	365
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	12.093	13.166
7.08.02.01	Federais	11.936	12.997
7.08.02.02	Estaduais	48	36
7.08.02.03	Municipais	109	133
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	7.844	12.611
7.08.03.01	Juros	7.813	12.563
7.08.03.02	Aluguéis	31	48
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	10.500	6.518
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	10.500	6.518

Comentário do Desempenho**COMENTÁRIO DE DESEMPENHO DA COMPANHIA NO PERÍODO DE JANEIRO A MARÇO DE 2025(*)**

(*) Todas as informações apresentadas nesse comentário de desempenho estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas. As informações operacionais não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

A COMPANHIA

A Investco S.A. tem como atividade a exploração da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães (“UHE Lajeado”), localizada no Rio Tocantins, nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins. A Usina tem potência instalada de 902,5 MW, distribuída em cinco unidades geradoras com potência de 180,5 MW cada, e uma energia assegurada anual de 4.424,7 GWh.

A principal fonte de receita da Companhia é o valor do arrendamento dos ativos da UHE Luís Eduardo Magalhães, nos termos e condições do Contrato de Arrendamento celebrado entre a Companhia e seus acionistas detentores de ações ordinárias da Companhia; além dessa fonte de receita, a Companhia obtém receita da venda de 1% da energia elétrica gerada pela UHE Luís Eduardo Magalhães, que corresponde à parcela da concessão de titularidade da Companhia.

A energia elétrica gerada pela UHE Luís Eduardo Magalhães é utilizada e comercializada pelos respectivos titulares da concessão compartilhada da UHE Luís Eduardo Magalhães, na condição de “Produtor Independente”, na proporção da participação de cada um deles na concessão, nos termos do Contrato de Concessão.

PRINCIPAIS INDICADORES

DESCRIÇÃO	Unidade	Saldos		Var. %
		3M25	2024	
Financeiros				
Ativo total	R\$ mil	1.266.709	1.254.703	1,0%
Patrimônio líquido	R\$ mil	955.142	955.491	0,0%
Dívida líquida	R\$ mil	173.144	153.885	12,5%
Dívida líquida/ Patrimônio líquido	vezes	0,18	0,16	12,6%
Dívida líquida/ EBITDA (12 meses)	vezes	1,42	0,88	60,6%

RESULTADOS	Unidade	Acumulado		Var. %
		3M25	3M24	
Receita Líquida	R\$ mil	39.304	40.050	-1,9%
Gastos gerenciáveis*	R\$ mil	(21.149)	(19.154)	10,4%
Gastos não-gerenciáveis	R\$ mil	(318)	(292)	8,9%
Resultado do serviço (EBIT)	R\$ mil	17.837	20.604	-13,4%
EBITDA	R\$ mil	31.404	31.254	0,5%
Resultado financeiro	R\$ mil	(307)	(5.969)	-94,9%
Resultado antes de IR e CS	R\$ mil	17.530	14.635	19,8%
Lucro líquido	R\$ mil	10.500	6.518	61,1%

* inclui depreciação e amortização

Margens

Margem EBITDA (EBITDA/ receita líquida)	%	79,90%	78,04%	1,9%
Margem líquida (lucro líquido/ receita líquida)	%	26,71%	16,27%	10,4%

Comentário do Desempenho

DESEMPENHO OPERACIONAL

No 1T25, a Investco S.A. que opera e mantém a UHE Lajeado gerou 1.146,8 GWh de energia, valor 33,7% menor do que os 1.704,1 GWh gerados no 1T24, devido a menor afluência (vazão) do Rio Tocantins e decisão estratégica do O.N.S de priorizar a geração das energias renováveis. A UHE Lajeado continua mantendo o desempenho histórico, com disponibilidade acumulada (60 meses) ao final do 1T25 no valor de 97,56%, 2,8 pontos percentuais acima da referência regulatória de 94,76%. A Taxa de Falha (12 meses) se manteve no segundo menor valor histórico ao final do 1T25 no valor de 0 falhas/ano, significativamente abaixo da referência regulatória de 5,0 falhas/ano.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO	3M25	3M24	%
Receita operacional líquida	39.304	40.050	-1,9%
Gastos não gerenciáveis	(318)	(292)	8,9%
Energia elétrica comprada para revenda	(63)	(52)	21,2%
Encargos de uso da rede elétrica	(255)	(240)	6,3%
Margem bruta	38.986	39.758	-1,9%
Gastos gerenciáveis	(21.149)	(19.154)	10,4%
Total PMSO	(7.582)	(8.504)	-10,8%
Pessoal	(5.467)	(5.140)	6,4%
Materiais	(299)	(517)	-42,2%
Serviços de terceiros	(1.240)	(1.957)	-36,6%
Arrendamentos e aluguéis	(30)	(46)	-34,8%
Provisões e contingências	11	(645)	-101,7%
Outros gastos gerenciáveis	(557)	(199)	179,9%
Depreciação e amortização	(13.567)	(10.650)	27,4%
Depreciação	(10.488)	(8.909)	17,7%
Amortização	(3.079)	(1.741)	76,9%
Resultado do serviço (EBIT)	17.837	20.604	-13,4%
EBITDA	31.404	31.254	0,5%
Margem EBITDA	79,9%	78,0%	2,4%
Resultado financeiro líquido	(307)	(5.969)	-94,9%
Receitas financeiras	7.506	6.594	13,8%
Despesas financeiras	(7.813)	(12.563)	-37,8%
LAIR	17.530	14.635	19,8%
Imposto de renda e contribuição social	(7.030)	(8.117)	-13,4%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(7.774)	(9.042)	-14,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	744	925	-19,6%
Lucro líquido	10.500	6.518	61,1%

A **Receita Operacional Líquida**, composta pela receita do arrendamento e venda de energia deduzidos os impostos incidentes, atingiu R\$ 39,3 milhões no 1T25, decréscimo de 1,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. A diminuição de R\$ 746 mil é proveniente, principalmente, da aplicação do Coeficiente de Ajuste (CA) existente no cálculo do valor de arrendamento entre os períodos. Cabe ressaltar, que a receita é basicamente composta pelo Arrendamento dos ativos às companhias acionistas detentoras da concessão compartilhada e que no percentual de remuneração dos ativos está inclusa a remuneração dos custos operacionais.

Comentário do Desempenho

Os **Gastos Não Gerenciáveis** (energia elétrica comprada para revenda e encargos do uso do sistema de transmissão) totalizaram um resultado de R\$ 318 mil no primeiro trimestre do ano, R\$ 26 mil a mais que o período comparativo.

Os **Gastos Gerenciáveis** compreendidos pelos gastos com pessoal, materiais, serviços de terceiros, outras despesas e provisões para contingências totalizaram R\$ 7,6 milhões no primeiro trimestre de 2025, redução de 10,8% em relação ao primeiro trimestre de 2024.

No primeiro trimestre de 2025 o **EBITDA** alcançou R\$ 31,4 milhões, em linha com o mesmo período do ano anterior.

A **Depreciação e Amortização** atingiu um valor de R\$ 13,6 milhões, no primeiro trimestre do ano, 27,4% maior do que o período comparativo devido, principalmente, a amortização da licença de operação.

O **Resultado Financeiro** líquido no 1T25 foi negativo em R\$ 0,3 milhões, 94,9% menor ao 1T24, decorrente do menor pagamento de ações preferenciais – AVP reduzido parcialmente pelas maiores despesas de atualizações monetárias de uso do bem público e contingências.

No 1T25, a Companhia apresentou um **Lucro Líquido** de R\$ 10,5 milhões, aumento de R\$ 4,0 milhões em relação ao mesmo período do ano passado, decorrente dos efeitos mencionados anteriormente.

ENDIVIDAMENTO

ENDIVIDAMENTO	1T25	4T24	var.%	1T24	var.%
(+) Dívida bruta	113.318	107.933	5,0%	117.427	-3,5%
(-) Disponibilidades	-286.462	-261.818	9,4%	-280.669	2,1%
(=) Dívida líquida	-173.144	-153.885	12,5%	-163.242	6,1%

A **Dívida Bruta** atingiu R\$ 113,3 milhões em 31 de março de 2025, composta principalmente pelas ações preferenciais resgatáveis das classes “A”, “B” e “C” emitidas pela Companhia, que de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo de 3% sobre o valor de sua respectiva participação do capital social.

A **Dívida Líquida**, considerando o valor de R\$ 286,4 milhões de caixa e disponibilidades, foi negativa em R\$ 173,1 milhões em 31 de março de 2025. Essa variação ocorreu, em maior parte, devido ao aumento da geração de caixa operacional da empresa.

Notas Explicativas



Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

- 1 Contexto operacional**
A Investco S.A. (Companhia ou Investco), sociedade anônima de capital aberto, controlada direta da Lajeado Energia S.A. (Lajeado Energia) e controlada final da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede na cidade de Miracema do Tocantins no Estado do Tocantins, tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizados nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 005/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.
- 1.1 Concessão**
A Companhia detém parte do Contrato de Concessão de exploração dos ativos da UHE Lajeado pelo prazo de 35 anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, podendo ser prorrogado, a critério exclusivo do Poder Concedente, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5MWm, representando uma potência total instalada de 902,5MWm, uma potência assegurada de 823,3MWm e uma garantia física de 479,9MW.
Em 28 de julho de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 12.255/2022 alterando o término da vigência da outorga de concessão da UHE Luiz Eduardo Magalhães de 15 de janeiro de 2033 para 22 de setembro de 2035 que representa um acréscimo de 980 dias.
A Companhia é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre a Lajeado Energia, titular de 72,27%, CEB Lajeado S.A., titular de 19,80%, Paulista Lajeado Energia S.A., titular de 6,93% e a Companhia, titular de 1%. Portanto, as referidas empresas, em conjunto, são as concessionárias da UHE Lajeado, formando o Consórcio Usina Lajeado.
A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de "Produtor Independente", nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção de suas participações.
Da potência e energia asseguradas, as concessionárias da UHE Lajeado deverão destinar 617,48MW e 2.877.660MWh/ano até o prazo final do contrato para venda às empresas concessionárias de serviço público de distribuição. Caso as concessionárias não consigam entregar essa quantidade de energia, deverão ressarcir os agentes de mercado com os quais têm compromissos. Foi aprovado o oitavo termo aditivo ao contrato de concessão, com objetivo de adequar a energia assegurada que passará a ser de 3.836.880MWh/ano, após a revisão da garantia física através da Portaria Normativa nº 709 de 30 de novembro de 2022.
Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Nota 4), nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Assim, além da receita auferida pela comercialização da energia elétrica na proporção de sua participação (1%), a Companhia tem como fonte de receita o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado.
- 1.1.1 Uso do bem público**
A Companhia, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Lajeado, paga à União, do 7º ao 35º ano de concessão ou enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante anual definido no contrato, atualizado em 31 de março de 2025 de R\$8.582 corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. Em 31 de março de 2025, o valor presente total remanescente da obrigação é de R\$ 68.076 (R\$68.907 em 31 de dezembro de 2024). Em caso de falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.
- 1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D**
A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos das Leis nº 9.991/2000 e nº 14.120/2021, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. De acordo com o Despacho ANEEL nº 904/2021, da destinação do P&D, aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025 (corrente), 30% serão destinados à Conta de desenvolvimento energético - CDE.
- 2 Base de preparação**
- 2.1 Declaração de conformidade**
As demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.
A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis intermediárias.
A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.
A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.
A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis intermediárias foi dada pela Administração da Companhia e sua controladora em 07 de maio de 2025.
Estas demonstrações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social em 31 de dezembro de 2024.
Algumas notas explicativas não estão sendo apresentadas devido as variações não serem relevantes comparadas às informações já divulgadas nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2024. Consequentemente, estas demonstrações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais publicadas em 25 de fevereiro de 2025.

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 31 de março de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Segue abaixo a relação das notas explicativas nessa situação:

Número da nota explicativa em 31/12/2024	Título da nota explicativa	Justificativa
2.6	Informações por segmento	(b)
2.8	Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes	(a)
4	Concessionárias	(b)
8.2.2	Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária referent	(a)
9	Cauções e depósitos vinculados	(a)
10	Estoques	(b)
11	Prêmio de risco - GSF	(a)
18	Benefícios pós-emprego	(a)
19	Uso do bem público - UBP	(b)
21.2	Destinação do lucro	(a)
21.3.5	Outros resultados abrangentes	(a)
27.1.1.1	Ativos financeiros	(b)
27.1.1.2	Passivos financeiros	(b)
27.1.2	Valor justo	(b)
27.1.2.1	Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros	(b)
30	Cobertura de seguros	(a)

(a) Nota explicativa idêntica à divulgada nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.
(b) Não houve alteração no contexto da nota explicativa, sendo as variações dos valores referentes ao período findo em 31 de março de 2025 em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, consideradas imateriais pela Administração da Companhia.
(c) Não houve alteração no contexto da nota explicativa, desta forma, os textos não estão sendo apresentados.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações contábeis intermediárias foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto: (i) determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 21.1.1; e (ii) os ativos e passivos líquidos de benefício definido que são reconhecidos a valor justo, com limitação de reconhecimento do superávit atuarial.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.
Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto à redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.
As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações contábeis intermediárias, nos próximos períodos, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.6); Arrendamentos e Aluguéis; Determinação da receita com arrendamento (Notas 4 e 16); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 6); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 9 e 10); Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas (Nota 14.1); Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (Nota 14.2); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros.

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.
Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.
Ativo financeiro
São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.
Ativo não financeiro
A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.
O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	Nota	31/03/2025	31/12/2024
Bancos conta movimento		15.261	17.909
Aplicações financeiras			
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	3.1	267.852	220.889
Operações compromissadas lastreadas em Debêntures	3.2	3.349	23.020
		271.201	243.909
Total		286.462	261.818

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.
O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.
As aplicações são consolidadas por contraparte e por rating de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.
A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 21.

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 31 de março de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



- 3.1**Certificados de Depósitos Bancários - CDB**
As aplicações financeiras em CDB estão remuneradas a taxas que variam entre 100,00% e 100,25% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
- 3.2**Operações compromissadas lastreadas em Debêntures**
Operações compromissadas lastreadas em Debêntures estão remuneradas à taxa de 94,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

4 Rendas a receber

	Circulante	
	31/03/2025	31/12/2024
Lajeado Energia	9.793	10.011
Paulista Lajeado	939	960
CEB Lajeado	2.683	2.743
	13.415	13.714

Refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, e aditado em 23 de junho de 2009, no qual a Companhia arrendou às demais concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Lajeado Energia, Paulista Lajeado e CEB Lajeado), frações ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos pela Companhia, no mesmo percentual de suas participações no Contrato de Concessão (Notas 1.1 e 7). Este arrendamento é contabilizado mensalmente como arrendamento operacional, de acordo com o CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento, pois a operação da usina é de responsabilidade da Companhia, não havendo transferência de propriedade ou controle do ativo aos arrendatários, sendo os bens revertidos para a União quando do término do Contrato de concessão. Os saldos são todos vincendos e estão apresentados ao custo amortizado.

O contrato de arrendamento objetiva assegurar à Companhia receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. O cálculo do contrato de arrendamento é baseado na remuneração de 8,83% ao ano corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA sobre 99% do valor do ativo imobilizado líquido, acrescido da depreciação acumulada, sendo que, todos os valores utilizados no cálculo são projetados. Decorrido o exercício, anualmente, aplica-se o Coeficiente de Ajuste - CA, cujo objetivo é calcular os valores reais, identificando a diferença entre os valores cobrados anteriormente, e ajustar a diferença a maior ou a menor na projeção do ano seguinte.

A variação no período da rubrica de Rendas a receber, em contrapartida da receita de Arrendamentos e aluguéis (Nota 16), é decorrente, substancialmente, da combinação de dois fatores: (i) redução do IPCA projetado para o período de 2025 em relação ao exercício anterior de 1,14 p.p.; e (ii) redução do coeficiente de ajuste do contrato de arrendamento entre os períodos.

5 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Nota	Saldo em 31/12/2024	Adição	Atualização monetária	Adiantamen- tos / Pagamentos	Compensa- ção de tributos	Transferên- cia	Saldo em 31/03/2025
Ativos compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social a compensar		8.229		28	3.405	(3.459)	(3.405)	4.798
Total Circulante		8.229	-	28	3.405	(3.459)	(3.405)	4.798
Outros tributos compensáveis								
ICMS		183						183
PIS e COFINS		5.645	309	85	(53)	(3.305)	(309)	2.372
IRRF sobre aplicações financeiras		6.305	923					7.228
Outros		10						10
Total Circulante		12.143	1.232	85	(53)	(3.305)	(309)	9.793
Passivos a recolher								
Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	7.774				(3.405)	4.369
Total Circulante		-	7.774	-	-	-	(3.405)	4.369
Outros tributos a recolher								
ICMS		89	7		(92)			4
PIS e COFINS		1.407	4.393		(789)	(3.305)	(309)	1.397
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		138	184		(357)		35	-
IRRF sobre juros s/ capital próprio	5.1	7.903			(4.444)	(3.459)		-
Encargos com pessoal		438	1.130	1	(1.314)		(35)	220
Total Circulante		9.975	5.714	1	(6.996)	(6.764)	(309)	1.621

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia liquide ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

5.1 IRRF sobre Juros Sobre Capital Próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte da Companhia, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio conforme legislação. O saldo em 31 de dezembro de 2024 de R\$7.903 relativo ao IRRF sobre JSCP deliberado no exercício de 2024 foi integralmente liquidado em janeiro de 2025.

Notas Explicativas



Notas explicativas
Período findo em 31 de março de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

6 Tributos diferidos

	Nota	Passivo Não circulante	
		31/03/2025	31/12/2024
PIS e COFINS		36	30
Imposto de renda e contribuição social	6.1	21.238	21.982
		21.274	22.012

6.1 Imposto de renda e contribuição social
6.1.1 Composição

Natureza dos créditos	Nota	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado	
		31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024	Períodos de 3 meses findos em 31 de março	
						2025	2024
Diferenças temporárias							
Benefício pós-emprego		221	202			19	15
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		2.854	2.891			(37)	205
Uso do bem público - CPC 25		23.146	23.429	4.706	4.697	(292)	(637)
Ações preferenciais resgatáveis - CPC 39	6.1.1.1			36.646	37.344	698	674
Benefício pós-emprego - Outros resultados abrangentes		321	321				
Direito de concessão - GSF				816	816		
Licenças ambientais	14.2	11.406	10.074	16.899	15.972	405	528
Arrendamentos - CPC 06 (R2)		84	43	76	35		1
Outras		135	143	262	221	(49)	139
Total bruto		38.167	37.103	59.405	59.085	744	925
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos		(38.167)	(37.103)	(38.167)	(37.103)		
Total		-	-	21.238	21.982		

6.1.1.1 **Ações preferenciais resgatáveis**
Referem-se ao ajuste a valor presente das Ações preferenciais resgatáveis "A", "B" e "C" conforme item 19 do CPC 39 (Nota 13).

6.1.2 **Realização dos tributos diferidos ativos**
Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.
A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2025	2026	2027	2028	2029	2030 a 2032	Total Não circulante
4.036	5.382	5.620	4.431	4.640	14.058	38.167

A realização do ativo fiscal diferido está em consonância com as disposições do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

7 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para seus acionistas detentores das ações ordinárias e preferenciais "R" (Nota 12) e do montante a pagar aos acionistas detentores das ações preferenciais "A", "B" e "C" (Nota 13), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladoras, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentados como segue:

		Ativo		Passivo				Resultados	
		Circulante		Circulante		Não circulante		Operacionais	
								Períodos de 3 meses findos em 31 de março	
Relacionamento		31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024	2025	2024
Concessionárias									
Suprimento de energia elétrica									
EDP São Paulo	Controle Comum	299	325					(1.918)	824
Uso do sistema de transmissão									
EDP São Paulo	Controle Comum	29	33					(178)	81
		328	358	-	-	-	-	(2.096)	905
Fornecedores (Nota 11)									
Uso do sistema de transmissão									
EDP Transmissão Aliança	Controle Comum			1	1			(2)	(2)
EDP Goiás	Controle Comum							(1)	
Contrato de prestação de serviços									
EDP Goiás	Controle comum			85	85			(171)	(246)
		-	-	86	86	-	-	(174)	(248)
Rendas a receber (Nota 4)									
Arrendamento UHE Lajeado									
Lajeado	Controladora direta	9.793	10.011					29.380	30.034
CEB Lajeado	Acionista não controlador	2.683	2.743					10.866	8.228
Paulista Lajeado	Acionista não controlador	939	960					2.817	2.880
		13.415	13.714	-	-	-	-	43.063	41.142
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 8)									
Compartilhamento dos serviços de infraestrutura (b)									
EDP São Paulo	Controle Comum					2		(2)	(1)
Contrato de Compartilhamento de Atividades de BackOffice									
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta					1.082	2.251	(861)	(738)
		-	-	-	-	1.084	2.251	(863)	(739)
		13.743	14.072	86	86	1.084	2.251	39.930	41.060

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 23.2).
As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 31 de março de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



As operações de compartilhamentos e prestações de serviços realizadas com as partes relacionadas ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.
Os detalhes sobre a natureza de cada contrato de partes relacionadas estão descritos na nota explicativa 8 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

- 7.1
- Controladora direta e Controladora final**
A controladora direta da Companhia é a Lajeado Energia S.A. e a controladora final é a EDP - Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A.
- 7.2
- Remuneração dos administradores**
- 7.2.1
- Remuneração total do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária paga pela Companhia**

	2025				2024			
	Diretoria Estatutária	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Total	Diretoria Estatutária	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Total
Remuneração (a)	101	19	37	157	177	19	37	233
Benefícios de curto prazo (b)	9			9	11			11
Benefícios - Previdência Privada	2			2	2			2
Total	112	19	37	168	190	19	37	246

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.
(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

8

Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar – Passivo

	Nota	Circulante		Não circulante	
		31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Outros créditos - Ativo					
Adiantamentos		604	168		
Serviços em curso		285	258	418	430
Despesas pagas antecipadamente		743	501		
Total		1.632	927	418	430
Outras contas a pagar - Passivo					
Folha de pagamento		197	376	138	86
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	7			1.084	2.251
Arrendamentos e aluguéis		143	66	105	58
Obrigações Sociais e Trabalhistas		3.215	2.716		
Encargos Setoriais		69	62		
Outros		120	187	4	2
Total		3.744	3.407	1.331	2.397

9

Imobilizado

9.1

Composição do imobilizado

	31/03/2025				31/12/2024			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		116.676		116.676		117.759		117.759
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	697.231	(308.427)	388.804	2,00	697.232	(304.937)	392.295
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,31	336.468	(174.218)	162.250	2,23	336.468	(171.797)	164.671
Máquinas e equipamentos	3,12	440.858	(262.153)	178.705	3,14	441.524	(259.993)	181.531
Veículos	14,29	868	(690)	178	14,29	868	(681)	187
Móveis e utensílios	8,46	1.002	(457)	545	8,46	1.002	(436)	566
		1.593.103	(745.945)	847.158		1.594.853	(737.844)	857.009
Sistema de transmissão de conexão								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,56	529	(386)	143	3,22	529	(377)	152
Máquinas e equipamentos	4,59	16.681	(12.402)	4.279	2,61	16.682	(11.811)	4.871
		17.210	(12.788)	4.422		17.211	(12.188)	5.023
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	14,50	93	(11)	82	12,24	93	(46)	47
Máquinas e equipamentos	12,15	1.019	(614)	405	12,15	1.652	(1.216)	436
Veículos	14,29	1.001	(715)	286	14,29	1.001	(696)	305
Móveis e utensílios	8,69	962	(562)	400	8,70	1.009	(562)	447
		3.075	(1.902)	1.173		3.755	(2.520)	1.235
Total do imobilizado em serviço		1.613.388	(760.635)	852.753		1.615.819	(752.552)	863.267
Ativos de direito de uso (Nota 9.1.1)								
Edificações, obras civis e benfeitorias	17,65	530	(396)	134		367	(367)	-
Veículos	20,00	255	(166)	89	20,00	255	(153)	102
Total Ativos de direito de uso		785	(562)	223		622	(520)	102
Imobilizado em curso								
Geração		28.517		28.517		28.472		28.472
Administração		1.029		1.029		1.057		1.057
Total do imobilizado em curso		29.546	-	29.546		29.529	-	29.529
Total do imobilizado		1.643.719	(761.197)	882.522		1.645.970	(753.072)	892.898

- 9.1.1
- Ativos de direito de uso**
Referem-se aos ativos registrados no âmbito do CPC 06 (R2) descritos abaixo:
 - **Edificações, obras civis e benfeitorias:** referem-se, substancialmente, aos contratos de aluguel relativos ao escritório administrativo da Companhia localizado em Palmas.
 - **Veículos:** refere-se ao contrato de aluguel dos veículos de frota utilizados pelos colaboradores para locomoção na prestação dos serviços e também dos veículos executivos utilizados pela alta gestão.

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 31 de março de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



9.2 Movimentação do imobilizado

	Valor líquido 31/12/2024	Ingressos	Deprecia- ções	Baixas	Reclassifica- ções	Valor líquido 31/03/2025
Imobilizado em serviço						
Terrenos	117.759				(1.083)	117.759
Reservatórios, barragens e adutoras	392.295		(3.491)			388.804
Edificações, obras civis e benfeitorias	164.870		(2.395)			162.475
Máquinas e equipamentos	186.838		(4.532)		1.083	182.306
Veículos	492		(28)			464
Móveis e utensílios	1.013		(68)			945
Total do imobilizado em serviço	863.267	-	(10.514)	-	-	852.753
Ativos de direito de uso						
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	163	(29)			134
Veículos	102		(13)			89
Total Ativos de direito de uso	102	163	(42)	-	-	223
Imobilizado em curso						
Máquinas e equipamentos	16.673	69		(41)		16.701
Adiantamento a fornecedores	695					695
Depósitos Judiciais	11.124					11.124
Outros	1.037			(11)		1.026
Total do imobilizado em curso	29.529	69	-	(52)	-	29.546
Total do imobilizado	892.898	232	(10.556)	(52)	-	882.522

10 Intangível

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

10.1 Composição do intangível

	Nota	31/03/2025				31/12/2024			
		Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço									
Geração									
Software		20,00	363	(320)	43	20,00	363	(306)	57
Direito de concessão - Licenças ambientais	14.2	16,05	61.647	(27.793)	33.854	15,95	55.908	(24.894)	31.014
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP		3,12	31.865	(18.024)	13.841	4,46	31.864	(18.048)	13.816
Direito de concessão - GSF		6,78	3.269	(868)	2.401	6,78	3.269	(868)	2.401
			97.144	(47.005)	50.139		91.404	(44.116)	47.288
Administração									
Software		19,56	4.607	(2.177)	2.430	20,00	4.608	(1.987)	2.621
			4.607	(2.177)	2.430		4.608	(1.987)	2.621
Total do intangível em serviço			101.751	(49.182)	52.569		96.012	(46.103)	49.909
Intangível em curso									
Geração			166		166		166		166
Administração			401		401		320		320
Total do intangível em curso			567	-	567		486	-	486
Total do intangível			102.318	(49.182)	53.136		96.498	(46.103)	50.395

10.2 Movimentação do intangível

	Nota	Valor líquido 31/12/2024	Ingressos	Amortiza- ções	Valor líquido 31/03/2025
Intangível em serviço					
Software		2.678		(205)	2.473
Direito de concessão - Licenças ambientais	14.2	31.014	5.739	(2.899)	33.854
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP		13.816		25	13.841
Direito de concessão - GSF		2.401			2.401
Total do intangível em serviço		49.909	5.739	(3.079)	52.569
Intangível em curso					
Software		-	81		81
Outros Intangíveis em curso		486			486
Total do Intangível em curso		486	81	-	567
Total do Intangível		50.395	5.820	(3.079)	53.136

11 Fornecedores

	Circulante	
	31/03/2025	31/12/2024
Encargos de uso da rede elétrica	94	94
Materiais e serviços	1.880	3.273
Total	1.974	3.367

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 31 de março de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



12 Dividendos
Os dividendos e os Juros sobre o capital próprio - JSCP são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral.

Dividendos adicionais
Foi aprovada em AGO, realizada em 28 de abril de 2024, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Destinação distribuída da seguinte forma: (i) R\$4.561 como Constituição de Reserva Legal; (ii) JSCP no valor de R\$44.869 destinados aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais e; (iii) dividendos complementares no valor de R\$41.783 já contabilizados em 31 de dezembro de 2023 na rubrica de Lucros a deliberar. O JSCP e os dividendos foram pagos integralmente em 27 de junho de 2024.

Segue abaixo a composição dos dividendos adicionais por ação:

Passivo	Saldo em 31/12/2024	Dividendos Adicionais	Pagamentos	Saldo em 31/03/2025
Lajeado Energia	25.378	7.920		33.298
CEB Lajeado	6.953	2.170		9.123
Paulista Lajeado Energia	2.433	759		3.192
Acionistas não controladores (*)	2.817		(35)	2.782
	37.581	10.849	(35)	48.395

(*) O saldo de dividendos aos Acionistas não controladores refere-se aos montantes os quais a instituição financeira responsável pelas distribuições (agente custodiante) não identificou dados cadastrais de conta corrente válidos para efetuar o devido pagamento. Conforme o disposto no Artigo 287, inciso II, da Lei nº 6.404/76, consideram-se prescritos em três anos os dividendos não pagos contado o prazo da data em que tenham sido postos à disposição do acionista.

13 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas
13.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Os empréstimos e financiamentos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

13.1.1 Ações preferenciais resgatáveis
Referem-se às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela Companhia no montante original de R\$157.335, onde, de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social.

Adicionalmente, de acordo com o artigo 9º, as ações preferenciais resgatáveis das classes "A" e "C", terão direito a equiparação na distribuição de dividendos caso sejam pagos dividendos a outras classes de ações superiores ao valor unitário dos dividendos anuais fixos.

O saldo em 31 de março de 2025 de R\$113.318 (R\$107.933 em 31 de dezembro de 2024) contempla o montante original e os juros até 2035 (término da concessão conforme nota 1.1), ambos descontados a valor presente pela taxa de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Companhia na data de avaliação das ações.

Devido às suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato de a Companhia não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o item 19 do CPC 39.

13.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor líquido em 31/12/2024	Juros provisionados (Nota 13.2.1)	Transferências	Ajuste a valor presente	Valor líquido em 31/03/2025
Circulante					
Juros	10.086	3.330	1.181		14.597
	10.086	3.330	1.181	-	14.597
Não circulante					
Principal	64.621			1.362	65.983
Juros	33.226		(1.181)	693	32.738
	97.847	-	(1.181)	2.055	98.721

13.2.1 Juros provisionados
Referem-se aos dividendos intermediários e complementares destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A", "B" e "C", conforme descrito nos artigos 8º e 9º do Estatuto Social da Companhia (Nota 12), registrados em contrapartida da despesa financeira (Nota 18).

	Dividendos	TOTAL
Dividendos adicionais atribuíveis aos acionistas das ações:		
Preferenciais Classe "A" (PNA)	439	439
Preferenciais Classe "C" (PNC)	2.891	2.891
	3.330	3.330

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 31 de março de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



13.3 Vencimento das parcelas

Circulante	
2026	1.180
	14.597
Não circulante	
2026	3.540
2027	4.342
2028	3.995
2029	3.675
2030 até 2035	83.169
	98.721
Total	113.318

14 Provisões e Depósitos vinculados

	Nota	Passivo				Ativo	
		Provisões				Depósitos vinculados	
		Circulante		Não circulante		Não circulante	
		31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	14.1			12.323	12.464	4.862	4.732
Licenças ambientais	14.2	15.872	9.705	17.675	19.925		
Total		15.872	9.705	29.998	32.389	4.862	4.732

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

14.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações contábeis intermediárias. A atualização monetária é mensal e por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

14.1.1 Risco de perda provável

	Passivo					Ativo	
	Saldo em 31/12/2024	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualizações monetárias	Saldo em 31/03/2025	Depósito judicial
Cíveis	12.085		(591)		480	11.974	3.667
Outros	379	1	(19)	(12)		349	3.554
Total Não circulante	12.464	1	(610)	(12)	480	12.323	3.667

O valor total referente as garantias de provisões prováveis na Companhia é de R\$5 em 31 de março de 2025 (R\$5 em 31 de dezembro de 2024).

As informações referentes aos processos prováveis trabalhistas, cíveis, fiscais, regulatórios e outras foram apresentadas nas demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, na nota explicativa nº 20.1, e não sofreram alterações relevantes, somente atualização dos montantes para o período de 31 de março de 2025.

14.1.2 Risco de perda possível

	Ativo			
	Depósito judicial			
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Cíveis	132.621	126.178		
Fiscais	10.015	9.877	92	90
Total	142.636	136.055	92	90

O valor total referente as garantias de provisões possíveis na Companhia é de R\$416 em 31 de março de 2025 (R\$403 em 31 de dezembro de 2024).

As informações referentes aos processos possíveis cíveis e fiscais foram apresentadas nas demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, na nota explicativa nº 20.1.1 e 20.1.2, e não sofreram alterações relevantes, somente atualização dos montantes para o período de 31 de março de 2025.

14.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhista e cíveis em andamento cuja perda foi estimada como remota e, para estas ações, o saldo dos depósitos judiciais em 31 de março de 2025 é de R\$1.103 (R\$1.088 em 31 de dezembro de 2024).

14.2 Licenças Ambientais

Os detalhes sobre a natureza da licença ambiental estão descritos na nota 20.2 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024. Os desembolsos de natureza ambiental ocorridos durante os períodos foram de R\$2.434 (R\$1.223 em 31 de março de 2024). A totalidade destes montantes refere-se aos itens de manutenção da licença ambiental que já havia sido provisionado e capitalizado.

Licenças ambientais	Saldo em 31/12/2024	Adições (Nota 14.2.1)	Pagamentos	Transferências	Ajuste a valor presente	Saldo em 31/03/2025
Circulante	9.705	5.739	(2.434)	2.774	88	15.872
Não circulante	19.925			(2.774)	524	17.675
Total	29.630	5.739	(2.434)	-	612	33.547

14.2.1 Adições

A adição de R\$5.739 refere-se à revisão de estimativa para gastos com condicionantes ambientais, dentre as quais destacamos: (i) PBA 14 Aquisição de Terras: regularização fundiária de terrenos, indenizações, controle patrimonial, combate a invasões, serviços técnicos e jurídicos, sistemas de informação geográfica, imagens de satélite, entre outras; (ii) PBA 01 e 10 monitoramentos: sismológico, meteorológico, limnológico, sedimentométrico, hidrométrico e ictiofauna; (iii) PBA 06 Compensação Ambiental: Unidades de Conservação; (iv) PSB-PAE Plano de Segurança de Barragem / Plano de Ação Emergencial; e (v) outros custos relacionados ao licenciamento ambiental, consultorias e equipe de colaboradores da área de meio ambiente, os quais, são realizados periodicamente pela Companhia.

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 31 de março de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



15 Patrimônio líquido
15.1 Capital social

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

As ações preferenciais são classificadas como Patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis ou somente resgatáveis por opção da Companhia. Não dão direito a voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do Capital social.

De acordo com Estatuto social, o Capital social em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é de R\$961.794. Para fins das demonstrações contábeis intermediárias, o Capital social apresentado pela Companhia em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é de R\$804.459 que corresponde às ações ordinárias e ações preferenciais classe "R". O montante em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024 de R\$157.335 corresponde às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C". A Companhia não tem o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para os detentores destas ações, decorrente da obrigatoriedade de pagamento anual de dividendos adicionais fixos a estes acionistas, razão pela qual essas ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida e descontadas a valor presente por satisfazerem a definição de passivo financeiro, conforme determina o item 19 do CPC 39 (Nota 13). Estas ações serão resgatáveis até o término do contrato de concessão da Companhia, ou seja, até 22 de setembro de 2035 conforme nota 1.1.

Não ocorreram variações na composição do Capital social em 31 de março de 2025 face a 31 de dezembro de 2024. Segue a composição do Capital social a qual é demonstrada abaixo:

Acionistas	31/03/2025 e 31/12/2024											
	Em milhares de ações											
	Qtd de ações "ON"	% Participação	Qtd de ações "PNR"	% Participação	Qtd de ações "PNA"	% Participação	Qtd de ações "PNB"	% Participação	Qtd de ações "PNC"	% Participação	Total	% Participação
CEB Lajeado S.A.	80.440	20,00	51.112	20,00	980	6,02	1.031	20,00			133.563	16,98
Paulista Lajeado Energia S.A.	28.154	7,00	17.889	7,00	343	2,11	361	7,00			46.747	5,94
EDP - Energias do Brasil S.A.									35.947	33,53	35.947	4,57
Lajeado Energia S.A.	293.608	73,00	186.559	73,00	6.684	41,04	3.764	73,00			490.615	62,39
Companhia Paranaense de Energia - COPEL					6.425	39,45					6.425	0,82
Furnas Centrais Elétricas S.A.					1.650	10,13					1.650	0,21
Outros					207	1,25			71.252	66,47	71.459	9,09
	402.202	100,00	255.560	100,00	16.289	100,00	5.156	100,00	107.199	100,00	786.406	100,00

15.2 Reservas

	Nota	31/03/2025	31/12/2024
Reservas de capital			
Ágio na emissão de ações		14.473	14.473
		14.473	14.473
Reservas de lucros			
Legal		68.609	68.609
Retenção de lucros	15.2.1	43.560	40.230
Dividendo adicional proposto	15.2.2		14.179
Reserva de investimento (art. 29, "g" Estatuto Social)		12.918	12.918
		125.087	135.936
Total		139.560	150.409

15.2.1 Retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

A constituição no montante de R\$3.330 é decorrente da reversão dos dividendos destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A", "B" e "C", conforme descrito na nota 13.

15.2.2 Dividendo adicional proposto

Refere-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e pode ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.

Do saldo em 31 de dezembro de 2024 de R\$14.179, R\$10.849 foram distribuídos como dividendos adicionais para os acionistas das ações ordinárias (Nota 12) e R\$3.330 foram distribuídos como dividendos adicionais para os acionistas das ações preferenciais de classe "A" e "C". Ambos os montantes foram deliberados na AGO realizada em 29 de abril de 2025.

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 31 de março de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



16 **Receitas**
Os detalhes sobre a natureza de cada receita estão descritos na nota 22 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Nota	Períodos de 3 meses findos em 31 março			
	MWh		R\$	
	2025	2024	2025	2024
Suprimento de energia elétrica	7.977	8.362	2.496	2.655
Energia de curto prazo	2.613	2.309	431	231
Arrendamentos e aluguéis	4		40.424	41.142
Outras receitas operacionais			99	264
Receita operacional bruta	10.590	10.671	43.450	44.292
(-) Deduções à receita operacional				
Tributos sobre a receita				
PIS/COFINS			(4.019)	(4.097)
	-	-	(4.019)	(4.097)
Encargos do consumidor				
P&D			(25)	(25)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH			(92)	(110)
Taxa de fiscalização			(10)	(10)
	-	-	(127)	(145)
	-	-	(4.146)	(4.242)
Receitas	10.590	10.671	39.304	40.050

17 **Gastos operacionais**
Os detalhes sobre a natureza de gastos operacionais estão descritos na nota 23 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Nota	Períodos de 3 meses findos em 31 de março									
	2025					2024				
	Custo do serviço		Despesas operacionais			Custo do serviço		Despesas operacionais		
	Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total	Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	63				63	52				52
Encargos de uso da rede elétrica	254				254	239				239
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		4.581	886		5.467		4.276	864		5.140
Material		295	4		299		513	4		517
Serviços de terceiros		88	1.152		1.240		1.025	932		1.957
Depreciação - Imobilizado em serviço	9.2	10.395	51		10.446		8.856	23		8.879
Depreciação - Ativos de direito de uso	9.2		42		42			30		30
Amortização	10.2	2.887	192		3.079		1.650	91		1.741
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	14.1.1			(11)	(11)				645	645
Arrendamentos e aluguéis			30		30		15	31		46
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					-				(123)	(123)
Outras	1	109	448		558	1	69	253		323
Total	318	18.355	2.805	(11)	21.467	292	16.404	2.228	522	19.446

Nota	Períodos de 3 meses findos em 31 de março		
	2025	2024	
Receitas financeiras			
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras e cauções	3	7.625	6.864
Energia vendida		1	1
Depósitos judiciais		124	30
Juros e multa sobre tributos		113	36
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(380)	(357)
Outras receitas financeiras		23	20
		7.506	6.594
Despesas financeiras			
Encargos de dívida			
Empréstimos e financiamentos	13.2	(3.330)	(9.815)
Ajustes a valor presente	13.2	(2.055)	(1.983)
Juros e variações monetárias			
Juros e multa sobre tributos		(1)	
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	14.1.1	(480)	(349)
Uso do bem público	18.1	(1.271)	(13)
Benefícios pós-emprego		(43)	(31)
Arrendamentos e aluguéis		(9)	(30)
Outros juros e variações		(614)	(335)
Outras despesas financeiras		(10)	(7)
		(7.813)	(12.563)
		(307)	(5.969)

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 31 de março de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



- 18.1

Uso do bem público
A variação na rubrica do Uso do bem público - UBP refere-se, principalmente, ao aumento do indexador IGP-M, que foi de -0,34% no período de 31 de março de 2025 (-0,69% em 2024).
- 19

Imposto de renda e contribuição social
O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.
As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

	Períodos de 3 meses findos em 31 de março	
	2025	2024
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	17.530	14.635
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	(5.960)	(4.976)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		
Doações	(12)	(1)
Resultados de equivalência patrimonial		
Juros sobre as ações preferenciais	(1.132)	(3.337)
Outras	74	42
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos		155
Despesa de IRPJ e CSLL	(7.030)	(8.117)
Alíquota Efetiva	40,1%	55,5%

- 20

Resultado por ação
O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas.
A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do período. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o período é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	Períodos de 3 meses findos em 31 de março	
	2025	2024
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas das ações:		
Ordinárias (ON)	2.654	(1.327)
Preferenciais Classe "R" (PNR)	3.126	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)	598	598
Preferenciais Classe "B" (PNB)	189	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	3.933	3.933
	10.500	6.519
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)		
Ordinárias (ON)	402.202	402.202
Preferenciais Classe "R" (PNR)	255.560	255.560
Preferenciais Classe "A" (PNA)	16.289	16.289
Preferenciais Classe "B" (PNB)	5.156	5.156
Preferenciais Classe "C" (PNC)	107.199	107.199
	786.406	786.406
Resultado básico e diluído por ação (reais/ações)		
Ordinárias (ON)	0,00660	(0,00330)
Preferenciais Classe "R" (PNR)	0,01223	0,01223
Preferenciais Classe "A" (PNA)	0,03669	0,03669
Preferenciais Classe "B" (PNB)	0,03669	0,03669
Preferenciais Classe "C" (PNC)	0,03669	0,03669

Segue abaixo a conciliação do Resultado líquido do período atribuível aos acionistas, conforme requerido pelo CPC 41:

	Períodos de 3 meses findos em 31 de março		
	Resultado por classe de ações (sem ajustes)	Ajustes	Resultado por classe de ações
2025			
Ordinárias (ON)	5.371	(2.717)	2.654
Preferenciais Classe "R" (PNR)	3.412	(286)	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)	217	381	598
Preferenciais Classe "B" (PNB)	69	120	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	1.431	2.502	3.933
	10.500	-	10.500
2024			
Ordinárias (ON)	3.334	(4.661)	(1.327)
Preferenciais Classe "R" (PNR)	2.118	1.008	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)	135	463	598
Preferenciais Classe "B" (PNB)	43	146	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	889	3.044	3.933
	6.519	-	6.519

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 31 de março de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



20.1 Direito das ações preferenciais
De acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais resgatáveis gozarão dos seguintes direitos:
(i) ações preferenciais classe "R": recebimento de um dividendo anual fixo, não cumulativo, de 1% sobre o valor da sua respectiva participação no Capital social; e
(ii) ações preferenciais classe "A", "B" e "C": recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no Capital social.
De acordo com o artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais resgatáveis de classes "A" e "C" têm as seguintes vantagens:
(i) recebimento de dividendos suplementares aos 3% inicialmente descritos no artigo 8º do Estatuto Social, caso sejam pagos dividendos maiores a outras classes ou tipos de ações, de modo que a nenhuma outra classe de ações sejam conferidas vantagens patrimoniais superiores;
(ii) prioridade no reembolso de capital, em caso de dissolução da Companhia; e
(iii) igualdade de condições em relação às demais classes e espécie de ações, concorrendo em todos os eventos qualificados como de distribuição de resultados, inclusive na capitalização de reservas disponíveis e lucros retidos a qualquer título.

21 Instrumentos financeiros e gestão de riscos
A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.
Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas substanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.
A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

21.1 Instrumentos financeiros
Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.
Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.
Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.
A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

21.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros
Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

Nota	Níveis	Valor justo		Valor contábil		
		31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024	
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e equivalentes de caixa	3					
Aplicações financeiras	Nível 2	271.201	243.909	271.201	243.909	
		271.201	243.909	271.201	243.909	
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	3					
Bancos conta movimento	Nível 2	15.261	17.909	15.261	17.909	
Concessionárias	Nível 2	1.114	816	1.114	816	
Rendas a receber	4	13.415	13.714	13.415	13.714	
		29.790	32.439	29.790	32.439	
		300.991	276.348	300.991	276.348	
Passivos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Custo amortizado						
Fornecedores	11	1.974	3.367	1.974	3.367	
Uso do bem público	1.1.1	60.200	65.446	68.076	68.907	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	13					
Moeda nacional	Nível 2	94.484	94.484	113.318	107.933	
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	7	1.084	2.251	1.084	2.251	
Arrendamentos e aluguéis	Nível 2	126	126	248	124	
Licenças Ambientais	14.2	32.893	28.893	33.547	29.630	
		190.761	194.567	218.247	212.212	

21.2 Gestão de riscos
As informações referentes à gestão de riscos foram apresentadas nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, na nota explicativa nº 27.2, e não sofreram alterações para o período de 31 de março de 2025.

21.2.1 Risco de mercado
O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Em 31 de março de 2025 a Companhia não possui riscos de mercado associados a dívida.

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 31 de março de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



21.2.1.1 Análise de sensibilidade

Em atendimento à Resolução CVM nº 2/20, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos. A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas por meio de consultorias especializadas, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Saldo da exposição	Aging cenário provável	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
			Até 1 ano	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	267.852	19.962	19.962	4.860	9.672	(4.909)	(9.871)
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	3.349	33	33	8	15	(8)	(16)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	271.201	19.995	19.995	4.868	9.687	(4.917)	(9.887)

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhada com a expectativa da Administração. O CDI apresentou seu intervalo entre 22,02% e 4,40% a.a.

21.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Quando necessário, a Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3) e Rendas a receber (Nota 4). A Companhia tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Rendas a receber, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de março de 2025, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/03/2025						31/12/2024	
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	AVP	Total	Total
Passivos financeiros								
Fornecedores	764	30	1.180				1.974	3.367
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				1.084			1.084	2.251
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas			14.597	98.721			113.318	107.933
Uso do bem público	715	1.432	5.737	32.918	51.218	(23.944)	68.076	68.907
Arrendamentos e aluguéis	8	11	135	121		(27)	248	124
Licenças Ambientais	859	3.682	11.918	19.659		(2.571)	33.547	29.630
	2.346	5.155	33.567	152.503	51.218	(26.542)	218.247	212.212

21.2.3 Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, têm provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo Operador Nacional do Sistema – ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia a um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF para os geradores hidrelétricos.

Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico, para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 92% deste risco hidrológico remanescente para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio.

Para fazer face a cenários de agravamento do PLD e GSF em decorrência de piora do cenário hidrológico brasileiro, a Companhia implementou algumas iniciativas a fim de reforçar as estratégias de proteção aos impactos causados pelos altos preços de energia no mercado livre, aumentando a parcela de energia descontratada de seu portfólio, além da sazonalização dos contratos de venda.

21.2.4 Riscos ambientais

As atividades da Companhia podem causar impactos negativos significativos ao meio ambiente. Tendo isso em vista, a controladora final EDP - Energias do Brasil, em seus diversos segmentos de atuação, trabalha com respeito ao meio ambiente e estabelece compromissos relativos à melhoria contínua da gestão ambiental, visando prevenir, mitigar e, quando necessário, recuperar e compensar os impactos de suas operações. Essa conduta é norteada: (i) pela legislação vigente, que impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados; e (ii) pela Política de Segurança, Qualidade e Sustentabilidade da controladora final, que é aplicável a todas as suas unidades de negócio e que reforça a obrigatoriedade de atendimento aos requisitos legais aplicáveis, além do compromisso com a gestão dos riscos ambientais, disseminação do conhecimento sobre o uso eficiente dos recursos naturais e contribuição com as melhores práticas na cadeia de valor.

21.2.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

- **Concessionárias**

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contratos de energia no ACR.

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 31 de março de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



• **Rendas a receber**
O montante de Rendas a receber é relativo aos recebíveis decorrentes do contrato de arrendamento da UHE Lajeado junto aos acionistas. A Companhia não possui histórico de perdas ou atrasos para estes recebíveis o que demonstra o baixo risco de *default*. Ademais, o contrato de arrendamento contempla como garantia financeira parte dos recebíveis de venda de energia dos acionistas.

• **Caixa e Equivalentes de caixa**
A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com rating de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

21.2.6 Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL e Agência Nacional de Águas - ANA) e demais órgãos relacionados ao setor (Ministério de Minas e Energia - MME, CCEE, ONS, Empresa de Pesquisa Energética - EPE, Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA e etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

21.2.7 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinarciar as dívidas existentes.

	31/03/2025	31/12/2024
Total dos empréstimos	113.318	107.933
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(286.462)	(261.818)
Dívida líquida	(173.144)	(153.885)
Total do Patrimônio Líquido	955.142	955.491
Total do capital	781.998	801.606
Índice de alavancagem financeira - %	-22,14%	-19,20%

22 Demonstrações dos Fluxos de Caixa
22.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

2025					
Nota	Saldo em 31/12/2024	Efeito caixa	Efeito não caixa		Saldo em 31/03/2025
			Ajuste a valor presente	Adições/baixas	
Aumento (diminuição) de passivos financiamento					
Dividendos	12	37.581	(35)	10.849	48.395
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	13.2	107.933	2.055	3.330	113.318
Arrendamentos e aluguéis		124	(48)	9	248
		145.638	(83)	14.342	161.961
2024					
	Saldo em 31/12/2023	Efeito caixa	Efeito não caixa		Saldo em 31/03/2024
			Ajuste a valor presente	Adições/baixas	
Aumento (diminuição) de passivos financiamento					
Dividendos		40.954		31.968	72.922
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		105.629	1.983	9.815	117.427
Arrendamentos e aluguéis		1.103	(59)	30	1.074
		147.686	(59)	41.783	191.423

22.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2), as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2025	2024
Constituição de dividendos e JSCP a pagar	10.849	31.968
Capitalização no Intangível relativo à contingências		529
Provisão para custos com licença ambiental no imobilizado	5.739	848
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado	163	
Total	16.751	33.345

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 31 de março de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



23 Compromissos contratuais e Garantias
23.1 Compromissos contratuais

Em 31 de março de 2025 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações contábeis intermediárias, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e descontadas a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil.

	31/03/2025					31/12/2024
	2025	2026 e 2027	2028 e 2029	A partir de 2030	Total geral	Total geral
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	19.864	18.156	2.742	878	41.640	36.141
Prêmio de risco - GSF				350	350	350
	19.864	18.156	2.742	1.228	41.990	36.491

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de março de 2025, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/03/2025					31/12/2024
	2025	2026 e 2027	2028 e 2029	A partir de 2030	Total geral	Total geral
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	18.866	19.803	3.604	1.441	43.714	38.979
Prêmio de risco - GSF				872	872	872
	18.866	19.803	3.604	2.313	44.586	39.851

23.2 Garantias

Tipo de garantia	Modalidade	Limite máximo garantido	
		31/03/2025	31/12/2024
Seguro de vida	Aval de acionista	13.125	13.572
Ações judiciais	Fiança bancária e Seguro garantia	6.679	6.679
		19.804	20.251

* * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
João Manuel Veríssimo Marques da Cruz Conselheiro		Luis Fernando Mendonça de Barros Filho Conselheiro
Edison Antônio Costa Britto Garcia Conselheiro		
CONSELHO FISCAL		
Allain Brasil Bertrand Júnior Conselheiro		Felipe Ha Jung Kim Conselheiro
João Antonio de Sousa Araújo Ribeiro da Costa Conselheiro		
Marcello Joaquim Pacheco Conselheiro		Felipe Ferreira Marangoni Conselheiro
DIRETORIA ESTATUTÁRIA		
Luis Fernando Mendonça de Barros Filho Diretor-Presidente e de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Financeiro		Patrícia Pereira Kleiber Diretora Vice-Presidente
Rodolfo Colli da Cunha Diretor Vice-Presidente	Ícaro Igor Castro de Martins Barros Diretor Vice-Presidente de Controle	Plácido Gonçalves Meirelles Junior Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação
CONTABILIDADE		
Leandro Carron Rigamonte Diretor - Accounting SA		Alfredo Antonio Tessari Neto Contador - CRC 1SP176534/O-5 "S" TO

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais



Conforme Art.21 da Instrução CVM nº 80/22, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



Todas as informações julgadas relevantes pela Companhia estão contempladas no Comentário de Desempenho e nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas
Investco S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Investco S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins do IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada em todos aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 7 de maio de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Os membros do Conselho Fiscal da Investco S.A., em reunião realizada em 7 de maio de 2025 às 09:00 horas, no pressuposto de que não ocorrerão modificações pela Administração e que o relatório sobre a revisão das Demonstrações contábeis intermediárias dos Auditores Independentes, PricewaterhouseCoopers Auditores, definitivo será emitido na forma como apresentado nesta data, tendo examinado as Demonstrações contábeis intermediárias e o Comentário de Desempenho do período findo em 31 de março de 2025, manifestamo-nos, por unanimidade de votos, com parecer favorável às Demonstrações contábeis intermediárias tendo em vista que as peças retratam adequadamente a situação econômico-financeira da Companhia.

São Paulo, 7 de maio de 2025.

FELIPE HA JONG KIM
Conselheiro Efetivo

ALLAIN BRASIL BERTRAND JÚNIOR
Conselheiro Efetivo

JOÃO ANTÔNIO DE SOUSA ARAÚJO RIBEIRO DA COSTA
Conselheiro Efetivo

MARCELLO JOAQUIM PACHECO
Conselheiro Efetivo

FELIPE FERREIRA MARANGONI
Conselheiro Efetivo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Administradores da Companhia, em atendimento ao disposto no inciso VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Instrução CVM nº 80/2022, declaram que, em 7 de maio de 2025, reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações contábeis intermediárias da Companhia para o período findo em 31 de março de 2025.

LUIS FERNANDO MENDONÇA DE BARROS FILHO

Diretor-Presidente e de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro

ÍCARO IGOR CASTRO DE MARTINS BARROS

Diretor Vice-Presidente de Controle

RODOLFO COLI DA CUNHA

Diretor Vice-Presidente

PATRÍCIA PEREIRA KLEIBER

Diretora Vice-Presidente

PLÁCIDO GONÇALVES MEIRELLES JUNIOR

Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Os Administradores da Companhia, em atendimento ao disposto no inciso V do parágrafo 1º do artigo 27 da Instrução CVM nº 80/2022, declaram que em 7 de maio de 2025, reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações contábeis intermediárias da Companhia para o período findo em 31 de março de 2025, bem como declaram que nessa mesma data, reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

LUIS FERNANDO MENDONÇA DE BARROS FILHO

Diretor-Presidente e de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro

ÍCARO IGOR CASTRO DE MARTINS BARROS

Diretor Vice-Presidente de Controle

RODOLFO COLI DA CUNHA

Diretor Vice-Presidente

PATRÍCIA PEREIRA KLEIBER

Diretora Vice-Presidente

PLÁCIDO GONÇALVES MEIRELLES JUNIOR

Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação